



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**



Núcleo Especializado da  
Infância e Juventude

São Paulo, 17 de abril de 2017

Ofício NEIJ nº 269/2017 – SGPD OC 23303, 2017

Junte-se ao processado do  
PLS  
nº 55, de 2015

Em 11/11

Assunto: Projeto de Lei 55/2015, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para prever exame criminológico, aumento do prazo de internação e não liberação automática aos 21 anos de idade de adolescente que cometeu ato infracional correspondente a crime hediondo ou equiparado.

*Senador  
Paulo Paim*

A Secretaria Legislativa do Senado  
Exmos. Senhores Senadores Federais,

Com as nossas distintas e respeitosas saudações.

O Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, diante da missão de garantir a defesa integral de crianças e adolescentes, vem à presença de vossa senhoria apresentar parecer referente ao Projeto de Lei n.º 55/2015, conforme segue em anexo.

Solicitamos que o parecer apresentado seja anexado aos autos do projeto de lei referido, para conhecimento de todos os parlamentares.

Sem mais para o momento, reiteramos votos de agrado e apreço.

**JULIANA DO VAL RIBEIRO**

Defensora Pública Coordenadora do Núcleo da Infância e da Juventude da  
Defensoria Pública do Estado de São Paulo

A Secretaria Legislativa do Senado Federal

**Senado Federal - Edifício Principal 1º Andar - Praça dos Três Poderes**

CEP 70165-900 - Brasília DF





**PARECER**

Procedimento Administrativo NEIJ n. 037/2015

Assunto: Projetos de Lei do Senado nº 55/2015 que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente -, para prever exame criminológico, aumento do prazo de internação e não liberação automática aos 21 anos de idade de adolescente que cometeu ato infracional correspondente a crime hediondo ou equiparado.

**RELATO FÁTICO E DOCUMENTAL**

O presente procedimento administrativo instaurado pelo Núcleo Especializado da Infância e Juventude visa debater e, se possível, enviar contribuições ao Projeto de Lei nº 55/2015 do Senado, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para prever exame criminológico, aumento do prazo de internação e não liberação automática aos 21 anos de idade de adolescente que cometeu ato infracional correspondente a crime hediondo ou equiparado.

De acordo com a justificação do projeto, tem-se que a motivação para a referida iniciativa se baseia, resumidamente, nos clamores sociais para impor aos adolescentes em conflito com a lei reprimendas mais duras.

Antes de se passar à análise de cada uma das propostas de alteração legislativa contempladas pelo projeto, convém tecer algumas considerações quanto à justificação da iniciativa.



Muito embora referida justificação trace relação com a necessidade de imposição de reprimendas mais severas a adolescente em conflito com a lei e a segurança social e público, é certo que o faz sem fundamento teórico ou científico.

Nessa perspectiva, na medida em que não se declina qualquer relação causal entre o pretendido endurecimento nas medidas aplicáveis a adolescentes em conflito com a lei a segurança pública, a proposta legislativa em apreço denota, em verdade, a hipertrofia da função simbólica da lei, em detrimento de sua função instrumental, visando, conforme análise do professor Marcelo Neves<sup>1</sup>, apenas demonstrar a capacidade de ação do Estado no tratamento da questão sem que se promova reflexão mais aprofundada sobre as causas da violência social e urbana e sobre os dados colhidos e estudos já realizados sobre o tema. Nesta perspectiva, não se pode olvidar que há muito se discute a falta de correlação fática ou lógica entre o enrijecimento da legislação penal e a pretendida redução nos índices de criminalidade, questionando-se a função preventiva geral negativa atribuída ao Direito Penal (e também ao direito penal juvenil).<sup>2</sup>

Posto isso, convém sempre anotar que, ao contrário do que muito se veicula nos grandes meios de comunicação, atos infracionais cometidos por

<sup>1</sup> NEVES, Marcelo. *Constitucionalização Simbólica*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

<sup>2</sup> Neste sentido: "Estabelece-se desta forma a função da pena sob o princípio da retribuição equivalente, uma característica essencial da estrutura material das relações econômicas fundadas no capitalismo. A contribuição do marxismo por meio da Criminologia Radical evidencia que a pena (e em especial a pena privativa de liberdade) serve perfeitamente à manutenção da sujeição inerente a este sistema, o qual é historicamente fundado no binômio cárcere fábrica (fábrica para aqueles que se sujeitam às condições impostas como instrução, submissão, etc. e cárcere para os marginalizados). Desta forma, a verdadeira função resume-se a reproduzir as relações sociais de dominação de classe, o que ocorre de três modos: pela retribuição (determinada pelo tempo de contingência do indivíduo), pela prevenção especial (disciplinando o condenado na ideologia oficial) e pela prevenção geral (pela preservação da ordem social fundada na relação capital - trabalho) (NOTA:22 Conforme SANTOS, Juarez Cirino dos. *Teoria da Pena...p. 23.*)". DIETER, Mauricio Stegmann. *Breve crítica à função de prevenção geral positiva da pena criminal em Jakobs*.

Acessível em: <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=525>.

Acesso em 05/02/2014.





adolescentes configuram verdadeira exceção quando comparados ao universo dos crimes cometidos por imputáveis. Destaque-se que, de acordo com estudo promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, apenas 4% dos crimes/atos infracionais são cometidos por menores de 18 anos (Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA. Levantamento nacional do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

De outro lado, importante também ressaltar que medidas de recrudescimento no tratamento aos delitos ou atos infracionais, tomadas enquanto política para melhora da questão da segurança pública, se mostraram, historicamente, falaciosas. São exemplos de tais falhas, no direito brasileiro, a Lei nº 11.343/2006 e a Lei nº 8.072/1990.

Aqui, tendo em vista que o projeto de lei prevê o recrudescimento do ECA especialmente nos casos de adolescentes condenados por suposta prática de ato infracional análogo a delito hediondo ou equiparado, convém citar o relatório de pesquisa realizada pelo ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente), que destaca que não houve, após a edição da Lei nº 8.072/1990, redução nos índices dos crimes alçados à categoria de hediondos ou equiparados. O Instituto aponta, ainda que o discurso de endurecimento nas sanções penais está diretamente relacionado ao aumento da população carcerária, o que permite a conclusão de que referido



endurecimento não interfere na criminalidade registrada no período estudado, mas concorreu para o agravamento da situação de prisionalização excessiva.<sup>3</sup>

À luz de tais premissas, o projeto de lei em análise promove evidente mitigação de direitos de adolescentes em conflito com a lei, e se coloca em conflito com a sistemática internacional e constitucional que versa sobre o tema.

Como se sabe, a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil e promulgada, em âmbito doméstico, pelo Decreto nº 99.710/90, prevê, em seu artigo 37, que os Estados-Partes deverão zelar para que a prisão, a reclusão ou a detenção de qualquer criança seja empregada apenas como último recurso. Mais além, a norma internacional dispõe, em seu artigo 40, que toda e qualquer criança a quem se impute a prática de ato infracional deve ser tratada de modo a promover e estimular seu sentido de dignidade e de valor e a fortalecer o respeito da criança pelos direitos humanos.

Nesse sentido, o artigo 227, §3º, V, da Constituição Federal instituiu os princípios da brevidade e da excepcionalidade enquanto norteadores das medidas socioeducativas.

Assim, quando o referido projeto de lei prevê a duplicação do prazo máximo de internação para os adolescentes que tiverem em cumprimento da referida medida pela prática de ato infracional análogo a delito hediondo ou equiparado, bem como a não liberação automática do jovem que complete 21 anos se internado pela prática de ato infracional análogo a crime de tal natureza, parece-nos que a proposta legislativa apresentada não privilegia a diretriz constitucional e

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.prsp.mpf.mp.br/prdc/area-de-atuacao/torviolpolsist/Relatorio%20ILANUD%20-%20A%20Lei%20dos%20Crimes%20Hediondos%20como%20instrumen.pdf/view>



internacional da brevidade, imprescindível à imposição e execução de quaisquer medidas socioeducativas e privativas de liberdade dos adolescentes.

Em relação aos princípios da excepcionalidade e brevidade, é importante salientar que

*“Esses princípios são complementares e estão fundamentados na premissa de que o processo socioeducativo não se pode desenvolver em situação de isolamento do convívio social. Nesse sentido, toda medida socioeducativa, principalmente a privação de liberdade, deve ser aplicada somente quando for imprescindível, nos exatos limites da lei e pelo menor tempo possível, pois, por melhor que sejam as condições da medida socioeducativa, esta implica em limitação de direitos e sua pertinência e duração não devem ir além da responsabilização decorrente da decisão judicial que a impôs.”<sup>4</sup>*

Conclui-se, assim, que a pretendida duplicação no período máximo de internação nos casos de adolescentes que estejam em cumprimento da referida medida em razão da suposta prática de ato infracional análogo a delito hediondo ou equiparado, bem assim a não liberação automática de tais adolescentes aos 21 anos não apenas representa retrocesso inadmissível no atual tratamento jurídico se que dá ao tema, à luz das diretrizes internacionais, mas também não garante qualquer redução efetiva nos níveis de criminalidade.

O projeto de lei em análise também prevê a possibilidade de realização de exame criminológico nos casos de adolescentes em que estejam em

<sup>4</sup> In: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília/DF: CONANDA, 2006, p. 27





Núcleo Especializado de  
Infância e Juventude

cumprimento da medida de internação em razão de prática de ato infracional equivalente a delito hediondo ou equiparado.

Referida proposta também não encontra qualquer lastro teórico ou empírico.

Ao contrário: a associação entre delito e patologia, com a instauração do paradigma de avaliação e de classificação do indivíduo em conflito com a lei em hipóteses diagnósticas e prognósticas é prática que redundam em marginalização e exclusão social, e vai de encontro ao Código de Ética dos profissionais da área da psicologia, que dispõe que: "o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a declaração universal dos direitos humanos".

Nesse mesmo sentido, o Conselho Federal de Psicologia já se manifestou publicamente, tendo editado a Resolução CFP nº 009/2010, que veda ao psicólogo que atue nos estabelecimentos prisionais realizar exame criminológico, nos termos do art. 4º, a, da referida normativa.

Importante notar, ainda, que, no âmbito criminal, a obrigatoriedade de realização de exames de natureza projetiva foi abolida por força de alteração legislativa promovida pelo advento da Lei nº 10.792/2003, no âmbito criminal.

Considerando que nenhum adolescente pode receber tratamento jurídico mais gravoso que aquele endereçado a adulto em situação semelhantes, nos termos do art. 35, I, do SINASE e também do item n. 54 das Regras



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

FLS. 10 6  
Rubrica

Núcleo Especializado de  
Infância e Juventude

Mínimas das Nações Unidas Para Prevenção da Delinquência Juvenil (Regras de RIAD), a alteração legislativa pretendida pelo projeto de lei em análise se mostra inadmissível e também inviável do ponto de vista da vedação ao retrocesso.

Diante dos argumentos expendidos, o projeto de lei em análise não só não se revela apto a gerar os efeitos pretendidos, i.e., reduzir níveis de criminalidade, como promove retrocesso e redução de garantias de adolescentes em conflito com a lei, não se adequando às diretrizes constitucionais, internacionais e legais que regem a matéria.

É o parecer, que submeto, nos termos do art. 21, II, da Deliberação 67 de 2008 do CSDP, à apreciação pelo Plenário do NEIJ.

São Paulo, 6 de outubro de 2016.

  
**CAROLINA GUIMARÃES REZENDE**

Defensora Pública Relatora







*Senado Federal*

Brasília, 1<sup>o</sup> de junho de 2017.

Senhora Coordenadora,

Em atenção ao Ofício NEIJ nº 269/2017 – SGPDOC 23303/2017, de Vossa Excelência, informo que sua manifestação foi juntada ao processado do PLS nº 55, de 2015, que *“Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para prever exame criminológico, aumento do prazo de internação e não liberação automática aos 21 anos de idade de adolescente que cometeu ato infracional correspondente a crime hediondo ou equiparado.”*, conforme tramitação, disponível no endereço eletrônico <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119769>.

Atenciosamente,

  
**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN**  
No exercício da Primeira Secretária

A Sua Excelência a Senhora  
**Defensora Pública JULIANA DO VAL RIBEIRO**  
Coordenadora do Núcleo de Infância e Juventude  
Defensoria Pública do Estado de São Paulo  
Rua Boa Vista 103, 13º andar.  
CEP 01014-001 – São Paulo/SP.

